

PROCESSO Nº. 01948754/2019

**CONVÊNIO Nº. 003/2019, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO
CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
CEARÁ, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA:**

O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SAP, com sede à Rua Tenente Benévolo, nº. 1055, Meireles, em Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.954.530/0001-18, doravante denominada simplesmente SAP-CE, neste ato representado por seu Secretário, Dr. LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ – TJCE, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, S/N, Cambéba, em Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ sob nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO com fundamento no art. 116 da Lei 8.666/93, no que couber, e, em especial o Decreto-Lei nº 3.689/1941 (Código de Processo Penal), resolvem celebrar o presente CONVÊNIO que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Convênio tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação da política de alternativas penais no Estado do Ceará, nos termos propostos em Lei, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para o desenvolvimento de um modelo de gestão em alternativas penais com foco na intervenção penal mínima, no desencarceramento e na restauração dos danos e laços sociais.

1.2. Nos termos da Portaria nº 495, de 28 de abril de 2016, do Ministério da Justiça, a Política Nacional de Alternativas Penais abrange as seguintes modalidades de alternativas penais, consideradas para os fins do presente Convênio:

- I - Penas restritivas de direitos;
- II - Transação penal e suspensão condicional do processo;
- III - Suspensão condicional da pena privativa de liberdade;
- IV - Conciliação, mediação e técnicas de justiça restaurativa;
- V - Medidas cautelares diversas da prisão;
- VI - Medidas protetivas de urgência que obrigam homens autores de violências contra as mulheres.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Administração
Penitenciária*

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

2.1. São objetivos específicos deste Convênio:

- a) Implementar, ampliar e qualificar a rede de serviços de acompanhamento das alternativas penais, bem como de sua aplicação;
- b) Fomentar o controle e a participação social na política de alternativas penais;
- c) Realizar o acompanhamento de pessoas em cumprimento de Alternativas Penais em Fortaleza e sua Região Metropolitana, Regiões Norte e Cariri, dentro das possibilidades da SAP-CE;
- d) Realizar o acompanhamento de pessoas em cumprimento de Medidas Cautelares, suspensões condicionais de processos e em caráter complementar às atividades da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Fortaleza, penas e medidas restritivas de direitos.
- e) Favorecer a inclusão de pessoas em cumprimento de Alternativas Penais, nas políticas públicas de cidadania.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PÚBLICO ALVO:

3.1. O público-alvo deste Convênio são as pessoas em cumprimento de Alternativas Penais, notadamente Medidas Cautelares Alternativas ao Aprisionamento Provisório, Penas Restritivas de Direitos, Transações Penais e Suspensões Condicionais de Processos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

4.1. São obrigações dos partícipes na execução deste Convênio:

I) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ:

- a) Responsabilizar-se, juntamente com a SAP-CE, pela divulgação da Política de Alternativas Penais aos magistrados do Estado do Ceará, onde as mesmas atuam ou venham a atuar, orientando-os para receberem as equipes técnicas da Secretaria para fins de alinhamento das ações que serão implementadas em conjunto;
- b) Encaminhar por meio dos juízes, mediante ofício, as pessoas que tenham alternativas penais aplicadas, previstas no item 1.2 da Cláusula Primeira, para que a execução seja acompanhada pela CAP, com observância da capacidade de atendimento e por meio de planejamento prévio;
- c) Priorizar a destinação de penas pecuniárias para o fomento e fortalecimento dos projetos e serviços afetos as políticas de alternativas penais;
- d) Indicar representante para participação no Comitê Gestor Estadual, conforme CLÁUSULA QUINTA do presente Convênio.
- e) Disponibilizar, mediante demandas específicas acordadas casuisticamente para cada comarca, espaços físicos, transporte, equipamentos e material de expediente para instalação de Postos Avançados da CAP.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Administração
Penitenciária*

II) DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA:

- a) Estruturar os Postos Avançados da Coordenadoria de Alternativas Penais, quando conveniente, dentro das possibilidades financeiras, com disponibilização de serviços técnicos, além de formação e capacitação da rede social parceira, atendimento, encaminhamento e acompanhamento das pessoas em cumprimento das alternativas penais aplicadas, bem como da comunicação sistemática junto ao Poder Judiciário dos casos acompanhados, conforme Manual de Gestão da Política de Alternativas Penais da Coordenação Geral de Alternativas Penais – DEPEN/MJC;
- b) Subsidiar a articulação interinstitucional junto à rede de políticas públicas sociais e órgãos do Sistema de Justiça Criminal, visando promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos em conjunto, capacitações, termos de cooperação técnica / convênios, protocolos de intenção, entre outras ações;
- c) Promover a coordenação e articulação de órgão Comitê Gestor Estadual, visando a interlocução e o alinhamento estratégico da rede de políticas públicas, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e sociedade civil organizada, a fim de fortalecer a implementação da política de alternativas penais no Estado;
- d) Indicar representante para participação no Comitê Gestor Estadual, conforme Cláusula Quinta do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DO COMITÊ GESTOR

5.1. Os partícipes deste Convênio deverão se reunir, periodicamente, por meio de Comitê Gestor, coordenado pelo representante da Secretaria da Administração Penitenciária, visando promover a interlocução e o alinhamento estratégico, a fim de fortalecer a implementação da política de alternativas penais no respectivo Estado.

5.2. É possível a participação no presente Comitê Gestor Estadual de representantes da sociedade civil organizada e outras políticas públicas que tenham atuação na temática e/ou que possam contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da política de alternativas penais.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

6.1. Os recursos humanos necessários para o desenvolvimento das ações da Coordenadoria e respectivos Postos Avançados são de responsabilidade da Secretaria de Administração Penitenciária, podendo, de forma complementar, captar recursos financeiros via celebração de Convênios, especialmente com o Governo Federal, bem como a destinação de penas pecuniárias e/ou termos de ajustamento de conduta, via Poder Judiciário, Ministério Público, possibilitada a utilização de equipamentos e espaços já presentes no rol de ativos dos partícipes, desde que previamente acordada entre os convenientes.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Administração
Penitenciária*

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MODIFICAÇÕES

7.1. Este Convênio poderá ser modificado a qualquer tempo, inclusive pela inclusão de novo partícipe, desde que com a anuência dos signatários, por meio de Termo Aditivo, exceto no tocante ao seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 O prazo de vigência do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, sempre que necessário, ser prorrogado mediante termos aditivos, visando atender suas finalidades e aperfeiçoar a execução dos trabalhos, respeitando o limite legal de 60 (sessenta) meses, conforme a Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. Este instrumento não acarretará nenhuma transferência direta de recursos financeiros entre os partícipes, motivo pelo qual não se consigna dotação orçamentária. As ações dele resultantes que implicarem transferência ou cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os Postos Avançados da CAP funcionarão em da SAP-CE ou cedido pelos demais partícipes deste Convênio ou, ainda, mediante convênio de espaço disponibilizado pelos demais órgãos da administração pública estadual ou municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Este Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas ou condições, pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável ou mediante convênio entre as partes, mediante notificação escrita e motivada a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As partes praticarão, reciprocamente, os atos necessários à efetiva execução das presentes disposições, por intermédio dos seus representantes, sendo os casos omissos resolvidos conjuntamente pelos Convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. A responsabilidade pela publicação do extrato do presente Convênio será do Estado do Ceará, através da SAP-CE, no Diário Oficial do Estado, e do TJ-CE no Diário da Justiça.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de Fortaleza para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Instrumento, não resolvidas no âmbito administrativo.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Administração
Penitenciária*

Assim, formalmente acertadas, assinam as partes o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam.

Fortaleza-CE, 23 de JULHO de 2019.

LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

VISTO:

Mariana Justa
MARIANA JUSTA FURTADO MAIA
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA - SAP

TESTEMUNHAS:

1. Carla Jessica O.P. Mesquita CPF: 060.086.833-82
2. _____ CPF: _____



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Administração
Penitenciária*

PLANO DE TRABALHO

1. Descrição da Atividade

O Convênio em questão versa sobre a organização de ações conjuntas por parte da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Ceará – SAP-CE e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJ-CE, com a finalidade de articular ações voltadas ao fortalecimento da Política de Alternativas Penais, compreendendo: serviço de acompanhamento às penas restritivas de direitos; transação penal; suspensão condicional do processo; e suspensão condicional da pena privativa de liberdade; técnicas de justiça restaurativa; medidas cautelares diversas da prisão; medidas protetivas destinadas a homens autores de violências contra as mulheres; grupos reflexivos para homens autores de violências domésticas e contra as mulheres; e outras iniciativas que venham a contribuir a referida política.

O Estado do Ceará conta com iniciativas pioneiras no país voltadas a implementação de alternativas penais. Já na década de 1990, a criação de Casas e Núcleos de Mediação comunitária, iniciativas tanto por parte do poder executivo estadual, como por parte do Ministério Público, apontavam neste sentido. A estas exitosas experiências se seguiram a criação da Vara de Execução de Penas Alternativas em 1998 e da Central de Alternativas Penais – CAP, no âmbito da então Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará – SEJUS-CE, em 2014. Diversas foram as iniciativas também protagonizadas pela Defensoria Pública como a criação do NUSOL – Núcleo de Solução Extrajudicial de Conflitos. Todas estas ações demandam articulações interinstitucionais, que serão robustecidas através deste convênio.

A criação de Comitê Gestor da Política em âmbito estadual torna-se relevante para o fortalecimento das Alternativas Penais frente à necessidade de maior proximidade e fluxo efetivo de comunicação entre os parceiros.

Importante destacar o papel de uma ampla rede de parceiros, para além dos atores deste convênio, que venha a somar no acompanhamento e desenvolvimento de projetos de desenvolvimento humano dos beneficiários.

2. Descrição das Metas

- Constituição do Comitê Gestor da Política de Alternativas Penais;



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Administração
Penitenciária*

- Fortalecimento da Política de Alternativas Penais, com divulgação de resultados e articulação de parcerias;
- Definição de estratégias para fomento, articulação e acompanhamento de iniciativas de Alternativas Penais;
- Levantamento e análise propositiva de dados;
- Estabelecimento de protocolos de comunicação e encaminhamentos recíprocos entre as instituições convenientes;
- Criação de Postos Avançados da CAP em Fortaleza e sua Região Metropolitana, Cariri e Região Norte;
- Realização de eventos em âmbito estadual para fomento e consolidação da política de alternativas penais.

3. Forma de Execução do objeto com descrição das etapas com seus respectivos itens.

3.1 Constituição do Comitê Gestor Estadual

- a. Indicação de representantes das instituições convenientes.
- b. Definição de rotinas e atividades.
- c. Definição de Cronograma para fomento, articulação e acompanhamento da Política de Alternativas Penais nas comarcas e Varas do Estado.
- d. Realização de reuniões periódicas.

3.2 Implantação de Postos Avançados nas comarcas abrangidas.

- a. Estruturar os Postos Avançados de Alternativas Penais com disponibilização de serviços técnicos psicossociais e jurídico.
- b. Formação e capacitação da rede social parceira.
- c. Acompanhamento por meio de atendimentos individuais e coletivos aos cumpridores de alternativas penais, com os devidos encaminhamentos à rede social parceira e conseqüentes comunicações aos juízos demandantes.
- d. Disponibilizar aos atores do Sistema de Justiça, por meio da Coordenadoria de Alternativas Penais, relatórios das atividades desenvolvidas.

3.2.1 Detalhamento de atividades de acompanhamento de Alternativas Penais – AP em Fortaleza:



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Administração
Penitenciária*

Medidas Cautelares Diversas da Prisão (Art.319 CPP, incs. I e V – com ou sem Monitoração Eletrônica; II, III e IV c/c IX) e Suspensão Condicional do Processo Art. 89 §1º inc IV c/c §2 da Lei 9099/95.

Nos casos acima apontados, estará o comparecimento presencial à CAP vinculado à participação de atividades diversas, não cabendo o simples registro de frequência colhida em recepção.

Passo a passo:

Juiz oficia a CAP e/ou encaminha a pessoa a ser acompanhada com cópia da decisão ou Alvará de Soltura, se através de Audiência de Custódia > Cadastro para assinatura biométrica > Avaliação Psicossocial e orientação jurídica na CAP > Elaboração de Plano Singular de Acompanhamento (encaminhamentos diversos de apoio, definição de rotina de comparecimento aos grupos reflexivo e demais projetos) > Comunicação das Rotinas ao Juízo > Acompanhamento no curso do cumprimento das AP > Contatos periódicos com cumpridores e busca ativa na hipótese de intercorrências > Comunicação ao Juízo em caso de faltas e intercorrências > Conclusão da Medida – Grupo de Conclusão e informações ao Juízo.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
a. Recepção – Fortaleza	Posto Avançado junto a Vara Única de Custódia. Após audiência, aqueles que tiverem sua liberdade vinculada ao cumprimento de MC, são encaminhados ao Posto Avançado, onde ocorre a colocação de equipamento para Monitoração Eletrônica (tornozeleira), se determinado, e realiza-se o agendamento para comparecimento à CAP para as etapas seguintes. Ao final do dia, a relação de agendamento é transmitida à CAP para acompanhamento. Recepção na CAP. Cadastro biométrico e coleta de informações preliminares.
b. Avaliação Inicial	Realizada por equipe interdisciplinar. Dar início ao Plano Individualizado de Acompanhamento com orientações sobre os grupos reflexivos ou outras ações individuais. Realiza-se o agendamento dos próximos comparecimentos em Grupo de Acolhida e/ou encaminhamentos aos parceiros externos sob acompanhamento da CAP.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Administração
Penitenciária*

c. Encaminhamentos	Diversos encaminhamentos são realizados a partir da entrevista inicial, tanto para se assegurar regularização de documentação pessoal, como outros de apoio psicossocial de maior complexidade. A partir do projeto de descentralização de atividades, podem ocorrer, conforme facultado pelo juiz que determina a AP e avaliação técnica, o encaminhamento para cumprimento das medidas impostas em outros estabelecimentos, mantendo-se a CAP responsável pelo acompanhamento.
d. Atendimentos Individuais	Podem ser realizados de forma eventual, conforme circunstâncias justificadoras, ou sistematicamente para pessoas que por razões diversas (notadamente saúde mental) não se demonstram adequadas às atividades em grupo.
e. Grupos de Acolhimento	São, em geral, conduzidas por bacharel em Direito, voltado basicamente para uma retomada das obrigações impostas como AP e esclarecimento de dúvidas.
f. Grupos Reflexivos Regulares e Temáticos	Reuniões mensais com duração média de uma hora, onde são tratados temas geradores voltados ao: Desenvolvimento Humano, Promoção da Saúde, Cidadania e Cultura de Paz. Ocorrem de 9 às 17h, com 25 pessoas por grupo. São Grupos Regulares: 1 - Jovens Reincidentes (até 25 anos), 2 – Jovens Primários, 3 – Adultos Primários, 4 – Adultos Reincidentes, 5 – Mulheres e 5 – Grupos para trabalhadores (12 e 17h). Os Grupos Temáticos requerem intervenções específicas, como a violência contra a mulher e intrafamiliar, uso e abuso de drogas, delitos de trânsito, cultura de paz, práticas restaurativas, empoderamento feminino, superação de preconceitos e meio ambiente. Podem ser desenvolvidos em parceria com instituições, que trabalham com as temáticas acima referenciadas, mantendo-se a responsabilidade da CAP quanto ao acompanhamento dos beneficiários e o efetivo cumprimento das AP impostas.
g. Monitoração Eletrônica e Fiscalização Domiciliar	Quando determinada a restrição domiciliar noturna e/ou de fim de semana, a fiscalização será realizada pelo Núcleo de Custódia da SAP, e/ou pela Célula de Monitoração Eletrônica de Pessoas, ficando a CAP responsável pelo acompanhamento psicossocial das pessoas nestas condições.
h. Busca Ativa e os cumpridores de AP.	São realizadas comunicações telefônicas para pessoas em cumprimento de AP diante das seguintes condições: <ul style="list-style-type: none">• Ausência no primeiro comparecimento designado após Audiência de Custódia;• Ausência em dia designado para retorno em atividades da CAP;• Informações sobre cursos, palestras e outros eventos de interesse;• Ausência no Recolhimento Domiciliar identificado em Fiscalização do Grupo de Custódia; e• Intercorrências inerentes à monitoração eletrônica.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Administração
Penitenciária*

i. Comunicações com Sistema de Justiça	<p>Sempre que solicitada, a CAP encaminha aos Promotores de Justiça ou Defensores Públicos, e notadamente aos Juízes, informações sobre o cumprimento das MC. Regularmente são realizadas as seguintes comunicações aos autos processuais através do Sistema E.SAJ:</p> <ul style="list-style-type: none">• Primeiro comparecimento à CAP, após Audiência de Custódia, ou encaminhamento pelas demais Varas Criminais;• Faltas nos primeiros comparecimentos após Audiência de Custódia, ou encaminhamento pelas demais Varas Criminais, dentro do prazo determinado;• Faltas às atividades impostas como AP dentro dos prazos estabelecidos;• Retorno a CAP após período ausente, com as justificativas apresentadas pelos cumpridores;• Mudanças de endereços (sempre os cumpridores são orientados a também atualizarem endereços diretamente nas Varas de conhecimento);• Ausência no Recolhimento Domiciliar identificado em Fiscalização do Núcleo de Custódia, com as ações subsequentes já realizadas pela CAP para apreciação (justificativas apresentadas);• Relatos de óbitos, prisões, internamentos por questões de saúde;• Transcurso do prazo de cumprimento da AP, assinalando eventuais intercorrências;• Outras ocorrências que interfiram no cumprimento regular das AP.
---	---

3.2.2 Detalhamento de atividades de acompanhamento de Alternativas Penais – AP, no Posto Avançado do Fórum Clóvis Beviláqua.

Penas Restritivas de Direitos: Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas (Art. 46 CPB) e Limitação de Fim de Semana (Art. 48 CPB).

O Posto Avançado da CAP funcionará em espaço contíguo à Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Fortaleza – VPMA disponibilizado com mobiliário e equipamentos adequados e material de expediente para seu pronto funcionamento. Disporá de sala para técnicos e apoio administrativo com linha telefônica exclusiva. Serão disponibilizadas salas para atendimento individual mediante prévio agendamento, bem como contará com o apoio da unidade judiciária para, mediante solicitação e agendamento, realizar atividades em auditórios e salas para grupos no Fórum Clóvis Beviláqua.

A equipe técnica do Posto Avançado da CAP terá acesso ao conjunto de instituições parceiras / conveniadas da VEPMA, podendo sugerir inclusão ou exclusão de novos participantes da

rede de apoio social para análise por parte de Juiz da Vara. Será facultado o contato com as referidas instituições sempre que possível em transporte disponibilizado pelo Poder Judiciário. A unidade judiciária contribuirá para a realização de eventos de sensibilização e capacitação da rede social de apoio à execução das Alternativas Penais.

Os comparecimentos dos beneficiários ao Posto serão comunicados ao Juiz da Vara para contabilização de horas nas respectivas penas/medidas de Prestação de Serviços à Comunidade, sendo facultada à equipe a realização de atividades presenciais periódicas, conforme projeto de acompanhamento singular estabelecido com os cumpridores de PMAs.

Será estabelecido protocolo de comunicações técnicas aos processos, bem como meios de consulta aos autos pelos técnicos responsáveis.

Atividades de fiscalização junto às instituições parceiras, bem como análise e contabilização de frequências não estarão sob a responsabilidade da CAP, sendo, entretanto, disponibilizado acesso as referidos dados para conseqüente acompanhamento.

Passo a passo:

Juiz encaminha a pessoa a ser acompanhada com cópia da decisão, e mediante prévio agendamento > Avaliação Psicossocial > Elaboração de Plano Singular de Acompanhamento (encaminhamentos diversos de apoio) e sugestão de local e condições para cumprimento da pena / medida determinada > Contato com instituições parceiras para recepção de pessoas encaminhadas. > Emissão de Documento de Sugestão de Encaminhamento > Juiz realiza encaminhamento em audiência admonitória > Contato com pessoa em cumprimento e/ou instituição recebedora posteriormente ao primeiro comparecimento. > Comunicação ao Juízo em caso de faltas e intercorrências > Conclusão da Pena / Medida.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
a. Recepção – Posto Avançado	Mediante prévio agendamento, os beneficiários, devidamente intimados, são atendidos na recepção da VEPMA e encaminhados para entrevista inicial nas dependências na Vara. Após atendimento, a secretaria realiza o agendamento de audiência admonitória de encaminhamento, para a qual o beneficiário já fica intimado.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Administração
Penitenciária*

b. Avaliação Inicial e Encaminhamentos	Realizada por equipe interdisciplinar. Dar início ao Plano Individualizado de Acompanhamento com orientações sobre os grupos reflexivos ou outras ações individuais. Diversos encaminhamentos são realizados a partir da entrevista inicial, tanto para se assegurar regularização de documentação pessoal, como outros de apoio psicossocial de maior complexidade.
c. Articulação com rede de parceiros e comunicação de sugestão de encaminhamentos	Em data anterior a realização da audiência, a equipe do Posto Avançado encaminhará ao juízo sugestão de instituição e condições de cumprimento da pena / medida, após prévio contato com a instituição e os devidos esclarecimentos à pessoa. Persistindo a necessidade de entrevista técnica complementar, esta ocorrerá em momento anterior a audiência.
d. Atendimentos Individuais e reavaliações	Podem ser realizados de forma eventual, conforme circunstâncias justificadoras, ou sistematicamente, mediante Plano Individualizado de Acompanhamento.
e. Projetos Temáticos	Mediante Convênio com o juízo da VEPMA, executados por técnicos da Coordenadoria de Alternativas Penais - CAP, ou por parceiros convidados – sob responsabilidade da CAP. Poderão ser realizados nas dependências do Fórum Clovis Beviláqua, ou em espaços da rede social. Tratam de ações voltadas à demandas específicas, frente a natureza do delito ou condições psicossociais dos beneficiário, tais como: cursos de curta duração, oficinas e palestras, grupos reflexivos ou operativos, e ações de sensibilização, voltadas a promoção da cidadania, prevenção de conflitos e práticas restaurativas. São exemplos de projetos temáticos: grupos com homens autores de violência doméstica, com infratores de trânsito, oficinas de orientação para o trabalho, palestras de prevenção de agravos de saúde, ações voltadas a redução de danos por drogadicção, etc.
f. Busca Ativa e comunicações com os cumpridores de AP e Instituições Parceiras.	Serão realizadas por meio telefônico, por meio eletrônico, ou presencialmente, sempre que necessárias ao acompanhamento dos beneficiários e ao pronto cumprimento das condições judiciais impostas aos mesmos, ou ainda ao fortalecimento das parcerias interinstitucionais.

4. Parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento de metas

- Comarcas e Varas Criminais envolvidas e assistidas em relação à política de AP;
- Número de instituições públicas e privadas formalmente comprometidas com o acompanhamento de pessoas em cumprimento de AP;
- Número de pessoas em cumprimento de alternativas penais em acompanhamento;
- Relação entre o número de pessoas em cumprimento de Medidas Cautelares acompanhadas e o número de presos provisórios no estado do Ceará;



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Administração
Penitenciária*

- Aplicação das alternativas penais nas comarcas a serem mobilizadas;
- Efetivo cumprimento das AP com a doção de ações preventivas e corretivas frente à esta questão.

5. Previsão de receitas

Este instrumento não acarretará nenhuma transferência direta de recursos financeiros entre os partícipes, motivo pelo qual não se consigna dotação orçamentária. As ações dele resultantes que implicarem transferência ou cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

6. Cronograma de desembolso – Não há transferência direta de recursos

7. Valor total do Plano de Trabalho – Somente mensurável após estabelecimentos de protocolos.

8. Valor da contrapartida - Não há transferência direta de recursos

9. Previsão e fim da execução do Objeto.

Fase	Especificação	Indicadores Físicos		Duração	
		Unidade Indicar a unidade de medida que melhor caracterize o produto de cada meta, etapa, ou fase.	Quantidade: Indicar a quantidade prevista para cada unidade de medida.	Início: Registrar a data referente ao início de execução da meta, etapa, ou fase.	Término: Registrar a data referente ao término da execução da meta, etapa, ou fase.
1. Constituição do Comitê Gestor Estadual	a. Indicação de representantes das instituições convenientes.	Representantes indicados	1 representante por instituição	Mês 1	Mês 1
	b. Definição de rotinas e atividades.	Rotinas e Protocolos estabelecidos		Mês 1	Mês 3



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Administração
Penitenciária

	c. Definição de Cronograma para fomento, articulação e acompanhamento da Política de Alternativas Penais nas comarcas e Varas do Estado.	Cronograma estabelecido	1	Mês 1	Mês 12
	d. Realização de reuniões periódicas.	Reuniões realizadas	1 por bimestre.	Mês 1	Mês 24
2. Consolidação da CAP e respectivos Postos Avançados	a. Fortalecer a Coordenadoria com respectivos Postos Avançados com disponibilização de equipe técnica psicossocial e jurídica.	Articulação com operadores do Sistema de Justiça para implementação de protocolos de encaminhamento e comunicações recíprocas.	Parcerias Firmadas para cada comarca beneficiária.	Mês 1	Mês 12
		Identificar espaço físico adequado e realizar as tratativas necessárias à sua disponibilização.	1 por comarca contemplada.	Mês 1	Mês 12
		Estruturação de Equipes técnicas capacitadas, mediante contratação ou convênios com Municípios.	1 Equipe por região.	Mês 1	Mês 12
	b. formação e capacitação da rede social parceira	Captação, articulação, capacitação e pactuação de parcerias.	Parcerias firmadas.	Mês 2	Mês 22



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Administração
Penitenciária

3. Desenvolvimento das atividades de rotina da CAP e respectivos Postos Avançados	a. Atendimentos individuais e coletivos aos cumpridores de alternativas penais encaminhados pelo Sistema de Justiça.	Pessoas atendidas em cumprimento de alternativas penais.	Conforme demanda de cada Comarca beneficiária.	Mês 2	Mês 24
	b. Comunicações encaminhadas aos juízos demandantes, por meio eletrônico (email, esaj e/ou malote digital)	Ofícios e demais expedientes realizados.	Conforme demanda	Mês 1	Mês 24
	c. Disponibilizar aos atores da Política de Alternativas Penais relatórios das atividades desenvolvidas.	Relatório Disponibilizado	1 relatório por trimestre.	Mês 3	Mês 24